

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Obras do autor</i>	7
<i>Homenagem a Diogenes Gasparini</i>	13
<i>Nota do atualizador</i>	15
<i>Apresentação</i>	17
<i>Nota do autor</i>	19

Capítulo I DIREITO ADMINISTRATIVO

I — O DIREITO, SEUS RAMOS E SUB-RAMOS	55
II — DIREITO ADMINISTRATIVO, SUB-RAMO DO DIREITO PÚBLICO	56
III — A EXPRESSÃO “DIREITO ADMINISTRATIVO”	56
IV — CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	57
V — PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	60
1. Aspectos gerais	60
2. Princípios de Direito Administrativo	61
2.1. Princípio da legalidade	61
2.2. Princípio da impessoalidade	62
2.3. Princípio da moralidade	63
2.4. Princípio da publicidade	65
2.5. Princípio da finalidade	68
2.6. Princípio da continuidade	71
2.7. Princípio da indisponibilidade	72
2.8. Princípio da autotutela	73

21

2.9. Princípio da supremacia do interesse público	74
2.10. Princípio da igualdade.....	74
2.11. Princípio da eficiência.....	76
2.12. Princípio da motivação.....	77
2.13. Princípio da razoabilidade.....	78
VI — INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	79
VII — FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	81
1. Conceito.....	81
2. Espécies	81
2.1. A lei.....	82
2.2. A jurisprudência.....	83
2.3. Costume.....	85
2.4. Princípios gerais de direito.....	85
3. Outras fontes.....	86
VIII — CODIFICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	86
IX — O DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS RELACIONA- MENTOS	88
X — ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO ADMINISTRA- TIVO.....	91
1. Remota Antiguidade	92
2. Antiguidade clássica: Grécia e Roma.....	92
3. Idade Média.....	92
4. Idade Moderna.....	93
XI — DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL	95

Capítulo II ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OBJETO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	96
II — CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	96
III — ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	97

IV	— ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	99
	1. O querer e o agir do Estado	99
	2. A natureza dos órgãos públicos	99
	3. Conceito e competência do órgão público.....	100
	4. Relação entre a vontade do órgão e a do agente público..	101
	5. Relações interorgânicas	102
	6. Classificação dos órgãos públicos	102
	6.1. Os critérios de classificação	102
	6.1.1. Quanto à posição que ocupam na estrutura estatal.....	103
	6.1.2. Quanto à composição do órgão	104
	6.1.3. Quanto à atuação funcional	104
V	— HIERARQUIA ADMINISTRATIVA.....	105
VI	— ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	107
	1. Conceito.....	107
	2. Natureza e fim	108
	3. Princípios básicos	108

Capítulo III ATO ADMINISTRATIVO

I	— ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	109
II	— ATO ADMINISTRATIVO.....	110
	1. Aspectos preliminares	110
	2. Conceito.....	112
	3. Requisitos do ato administrativo	113
	3.1. Agente público competente.....	113
	3.2. Finalidade.....	115
	3.3. Forma	115
	3.4. Motivo	116
	3.5. Conteúdo	119
	3.6. Objeto.....	119
	3.7. Causa.....	120
	4. Perfeição, validade e eficácia	121
	5. Vigência e eficácia.....	123
	6. Efeitos do ato administrativo.....	123
	7. Atributos do ato administrativo	124

7.1. Presunção de legitimidade.....	125
7.2. Imperatividade.....	126
7.3. Exigibilidade	127
7.4. Autoexecutoriedade.....	127
III — CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	129
1. Critérios de classificação.....	129
1.1. Quanto à natureza da atividade administrativa.....	129
1.2. Quanto à natureza do conteúdo	130
1.3. Quanto aos destinatários do ato.....	131
1.4. Quanto ao grau de liberdade da Administração Pública para decidir.....	131
1.5. Quanto aos efeitos	132
1.6. Quanto à abrangência dos efeitos.....	133
1.7. Quanto à composição da vontade.....	133
1.8. Quanto à vontade administrativa	133
2. Quadro sinótico	134
IV — ATO ADMINISTRATIVO EM ESPÉCIE.....	135
1. As espécies de atos administrativos.....	135
1.1. Admissão.....	135
1.2. Permissão	135
1.3. Autorização	136
1.4. Aprovação	136
1.5. Homologação	137
1.6. Licença	137
1.7. Concessão.....	138
1.8. Dispensa	138
1.9. Adjudicação.....	138
1.10. Revogação	139
1.11. Invalidação	139
2. Quadro sinótico	139
V — EXTERIORIZAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....	140
1. As diversas fórmulas de exteriorização	140
1.1. Decreto	140
1.2. Portaria	140
1.3. Alvará.....	141
1.4. Aviso	141
1.5. Circular.....	141

1.6.	Ordem de serviço	141
1.7.	Resolução	142
1.8.	Ofício.....	142
1.9.	Instrução.....	142
1.10.	Despacho	143
1.11.	Parecer.....	143
1.12.	Certidão.....	145
2.	Quadro sinótico	146
VI — PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO		146
VII — VINCULAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE.....		148
VIII — EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS		151
1.	Causas determinantes da extinção	151
2.	Extinção do ato eficaz	151
2.1.	Cumprimento dos efeitos	152
2.2.	Desaparecimento do sujeito da relação jurídica.....	152
2.3.	Desaparecimento do objeto da relação jurídica	153
2.4.	Retirada	153
2.5.	Renúncia.....	154
3.	Extinção do ato ineficaz	155
3.1.	Recusa	155
3.2.	Mera retirada	155
4.	Quadro sinótico	156
IX — REVOGAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....		156
1.	Conceito.....	156
2.	Espécies de revogação	157
3.	Objeto, motivo e conteúdo.....	158
4.	Natureza, eficácia e fundamento	159
5.	Competência revogatória.....	159
6.	Irrevogabilidade	160
7.	Revogação e indenização.....	161
8.	Revogação em outros ramos do Direito	161
9.	Revogação da revogação e repristinação	162
10.	Nova decretação do ato revogado.....	162
X — INVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO		163
1.	Conceito.....	163

2. Objeto, motivo, conteúdo e espécies	164
3. Natureza, fundamento e efeitos	165
4. Competência invalidadora	166
5. Invalidação e indenização	167
6. Convalidação	167
7. Prescrição e invalidade	167
8. Nova decretação do ato invalidado	169
XI — CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	169

Capítulo IV

PODERES REGULAMENTAR E DE POLÍCIA

I — INTRODUÇÃO	171
II — PODER REGULAMENTAR	171
1. Conceito.....	171
2. Poder, faculdade ou atribuição	172
3. Fundamento	173
4. Atribuição originária ou derivada.....	174
5. Limites à atribuição regulamentar	174
6. Regulamento.....	175
6.1. Conceito	175
6.2. Instrumento ou veículo do regulamento.....	175
6.3. Classificação	176
6.4. Regulamento em relação à lei	176
6.4.1. Regulamento executivo.....	176
6.4.2. Regulamento delegado.....	177
6.4.3. Regulamento autônomo	177
7. Outros aspectos do regulamento.....	178
III — PODER DE POLÍCIA	178
1. Introdução.....	178
2. Conceito.....	179
3. Fundamento	179
4. Características	180
5. Objeto, motivo e fins	180
6. Competência.....	181
7. Sentido amplo e estrito	182
8. Polícia administrativa vs. polícia judiciária.....	182

9. Discricionariedade e vinculação do poder de polícia.....	183
10. Manifestação da atribuição de polícia.....	183
11. Limites da atribuição de polícia.....	184
12. Campos de atuação.....	184
13. O ato de polícia.....	185
14. Autoexecutoriedade do ato de polícia.....	185
15. Indelegabilidade.....	187
16. Sanções.....	188
17. Controle do ato de polícia.....	189
18. Prescrição do ato de polícia.....	189

Capítulo V AGENTES PÚBLICOS

I — CONCEITO DE AGENTES PÚBLICOS.....	191
II — O COMUM NOS AGENTES PÚBLICOS.....	192
III — CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA.....	192
IV — PODERES.....	192
V — USO E ABUSO DO PODER.....	193
1. A razão do poder.....	193
2. O uso do poder.....	194
3. A expressão “abuso de poder”.....	194
4. Caracterização.....	196
5. Abuso de poder nos atos legais e ilegais.....	199
6. Abuso de poder nos atos discricionários e vinculados....	200
7. Abuso de poder nos atos omissivos e comissivos.....	200
8. Conceito de abuso de poder.....	200
9. Repressão ao abuso de poder.....	200
10. Responsabilidade por atos de abuso de poder.....	201
VI — PRERROGATIVAS DO AGENTE PÚBLICO.....	202
VII — DEVERES DO AGENTE PÚBLICO.....	202
1. Dever de agir.....	202
2. Dever de eficiência.....	203
3. Dever de probidade.....	205
4. Dever de prestar contas.....	206

VIII — CLASSIFICAÇÃO.....	207
1. Agentes políticos	208
2. Agentes temporários.....	211
3. Agentes de colaboração.....	219
3.1. Conceito	219
3.2. Espécies.....	219
4. Servidores governamentais.....	221
4.1. Conceito e característica	221
4.2. Regime jurídico.....	221
4.3. Emprego, quadro e carreira	222
4.4. Ingresso	222
4.5. Direitos e obrigações.....	222
4.6. Extinção do vínculo.....	223
5. Servidores públicos	224
5.1. Conceito	224
5.2. Características	224
5.3. Espécies.....	225
5.4. Competência organizacional	226
5.5. Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores	228
5.5.1. Acessibilidade a cargos, empregos e funções ...	229
5.5.2. Ingresso no quadro.....	230
5.5.2.1. Concurso público.....	231
5.5.2.2. Livre escolha	237
5.5.2.3. Processo seletivo público	237
5.5.3. Proibição de acumular	238
5.5.4. Retribuição.....	242
5.5.4.1. Conceito	243
5.5.4.2. Espécies.....	243
5.5.4.3. Vencimento, vencimentos, remuneração e subsídio	244
5.5.4.4. Fixação, alteração e limites	246
5.5.4.5. Revisão geral	248
5.5.4.6. Irredutibilidade	250
5.5.4.7. Pagamento	251
5.5.5. Direito de greve.....	252
5.5.6. Direito à livre associação sindical.....	253
5.5.7. Investidura em mandato eletivo	253
5.5.8. Responsabilidade regressiva	254
5.5.9. Imprescritibilidade da ação de ressarcimento.....	255

5.6.	Servidores estatutários.....	255
5.6.1.	Conceito.....	256
5.6.2.	Onde existem.....	256
5.6.3.	Regime jurídico.....	257
5.6.4.	Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores estatutários.....	259
5.6.4.1.	Aposentadoria, proventos, pensão, limites e regras de transição	259
5.6.4.2.	Estabilidade.....	266
5.6.4.3.	Reintegração.....	274
5.6.4.4.	Disponibilidade.....	276
5.6.4.5.	Associação sindical.....	280
5.6.5.	Outros aspectos.....	283
5.6.5.1.	Vitaliciedade.....	283
5.6.5.2.	Inamovibilidade.....	284
5.6.5.3.	Férias.....	284
5.6.5.4.	Licença.....	285
5.6.5.5.	Adicional, gratificação e indenização.....	286
5.6.5.6.	Deveres.....	290
5.6.5.7.	Quarentena.....	292
5.6.5.8.	Atribuição disciplinar.....	294
5.6.6.	Responsabilidade.....	295
5.6.6.1.	Conceito e espécies.....	295
5.6.6.2.	Responsabilidade penal.....	296
5.6.6.3.	Responsabilidade civil.....	298
5.6.6.4.	Responsabilidade administrativa..	299
5.6.7.	Extinção do vínculo.....	302
5.6.7.1.	Extinção por ato administrativo....	303
5.6.7.2.	Extinção em razão de fato natural .	307
5.6.7.3.	Extinção por força de sentença....	308
5.7.	Agentes militares.....	309
5.7.1.	Conceito.....	309
5.7.2.	Regime.....	309
5.7.3.	Ingresso no quadro.....	310
5.7.4.	Atividade e inatividade.....	311
5.7.5.	Acumulação de cargos.....	312
5.7.6.	Sindicalização e greve.....	313
5.7.7.	Atividade político-partidária.....	313
5.7.8.	Remuneração.....	314

5.7.9. Direitos sociais estendidos aos agentes militares.....	315
5.7.10. Desligamento.....	315
IX — GUARDA MUNICIPAL.....	316
X — LIMITES COM GASTO DE PESSOAL.....	316
Capítulo VI	
CARGOS PÚBLICOS	
I — CONCEITO DE CARGO PÚBLICO.....	319
II — ONDE EXISTEM OS CARGOS PÚBLICOS.....	320
III — CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO.....	321
1. Criação e transformação de cargos no Executivo.....	322
2. Criação e transformação de cargos no Legislativo.....	324
3. Criação e transformação de cargos no Judiciário.....	325
4. Criação e transformação de cargos nos Tribunais de Contas e no Ministério Público.....	326
IV — CLASSIFICAÇÃO.....	327
1. Segundo a segurança do servidor na titularização do cargo ..	327
2. Segundo a posição do cargo no quadro funcional da Administração Pública.....	332
V — PROVIMENTO.....	333
1. Conceito.....	333
2. Posse.....	334
3. Exercício.....	334
4. Classificação: provimento originário e derivado.....	335
5. Quadro sinótico das formas de provimento.....	339
6. Competência para prover cargo público.....	339
7. Restrições à competência para prover cargo público.....	340
VI — ACUMULAÇÃO.....	341
VII — VACÂNCIA.....	342
1. Conceito.....	342
2. Espécies.....	342

VIII — DESNECESSIDADE	344
IX — EXTINÇÃO	346
Capítulo VII	
SERVIÇO PÚBLICO	
I — INTRODUÇÃO	348
II — A LOCUÇÃO “SERVIÇO PÚBLICO”	348
III — CONCEITO	349
IV — INSTITUIÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE	350
V — CLASSIFICAÇÃO	353
VI — PRINCÍPIOS	355
1. Princípio da mutabilidade do regime jurídico da prestação	355
VII — REQUISITOS	356
1. Regularidade	357
2. Continuidade	357
3. Eficiência	357
4. Segurança	358
5. Atualidade	358
6. Generalidade	358
7. Cortesia	358
8. Modicidade	359
VIII — REMUNERAÇÃO	359
IX — DIREITOS DOS USUÁRIOS	361
X — DEVERES DOS USUÁRIOS	362
XI — SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO	363
XII — GREVE	365

XIII — SUJEIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO CÓDIGO DO CONSUMIDOR	367
---	-----

Capítulo VIII EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

I — ASPECTOS GERAIS	369
1. Introdução	369
2. Execução centralizada	370
3. Execução descentralizada	370
II — DESCENTRALIZAÇÃO PARA PESSOA PÚBLICA	372
1. Introdução	372
2. Autarquia	373
2.1. Conceito	373
2.2. Classificação	374
2.3. Criação, instituição, fins, funcionamento e extinção.....	375
2.4. Controle ou tutela	377
2.5. Responsabilidade.....	378
2.6. Estrutura e servidores	379
2.7. Privilégios.....	381
2.8. Atos e contratos	381
2.9. Patrimônio	382
2.10. Autarquia de regime especial	382
2.11. Execução contra a autarquia.....	383
2.12. A autarquia em juízo	383
2.13. Autarquia estadual, distrital e municipal.....	383
3. Fundação pública.....	384
3.1. Conceito	384
3.2. Fundamento.....	384
3.3. Natureza jurídica	385
3.4. Fins e lucratividade	386
3.5. Criação, instituição, funcionamento e extinção	386
3.6. Patrimônio	387
3.7. Controle.....	388
3.8. Regime tributário.....	390
3.9. Estrutura e servidores	390
3.10. Licitação.....	392
3.11. Prerrogativas.....	393
3.12. Responsabilidade.....	393

3.13. Execução contra a fundação pública	394
3.14. Fundação pública em juízo.....	395
3.15. Fundação pública estadual, distrital e municipal	395
4. Agências executivas.....	395
4.1. Introdução	395
4.2. Legislação	396
4.3. Conceito	397
4.4. Natureza	397
4.5. Qualificação	397
4.6. Criação	397
4.7. Desqualificação	398
4.8. Privilégios.....	398
4.9. Servidores.....	399
4.10. Atos e contratos.....	399
4.11. Agência executiva estadual, distrital e municipal ...	399
5. Agências reguladoras.....	399
6. Consórcios públicos	401
6.1. Introdução	401
6.2. Competência legislativa	402
6.3. Competência para instituir consórcios públicos e convênios de cooperação.....	403
6.4. Conceito	403
6.5. Modalidades	404
6.6. Constituição.....	406
6.7. Protocolo de intenções	406
6.8. Consorciados	409
6.9. Área de atuação do consórcio público	410
6.10. Objetivos	410
6.11. Competências	411
6.12. Contrato de rateio.....	411
6.13. Receitas e despesas	413
6.14. Controle pelo Tribunal de Contas	413
6.15. Alteração e extinção.....	414
6.16. Retirada do consorciado.....	414
6.17. Regulamentação e inaplicabilidade.....	415
6.18. Pessoal dos consórcios públicos.....	415
6.19. Responsabilidade.....	416
6.20. Estatuto.....	417
6.21. Contrato de programa.....	417

6.22. Atos e contratos	419
6.23. Outros aspectos	419
III — DESCENTRALIZAÇÃO PARA UMA PESSOA PRIVADA	419
1. Introdução.....	419
2. Concessão de serviço público.....	420
2.1. Conceito	420
2.2. Prazo e prorrogação da concessão de serviço público	421
2.3. Natureza jurídica	423
2.4. Objeto da concessão de serviço público.....	424
2.5. As partes envolvidas na concessão.....	424
2.6. Os interesses envolvidos na concessão	425
2.7. Os fundamentos da concessão de serviço público	426
2.8. Competência para celebrar contrato de concessão de serviço público	427
2.9. Procedimento, conteúdo e formalização da concessão de serviço público	428
2.10. A precariedade da outorga.....	428
2.11. O caráter <i>intuitu personae</i> da concessão de serviço público.....	429
2.12. Exclusividade da concessão de serviço público	431
2.13. Direitos e encargos do concessionário	432
2.14. Serviço adequado	434
2.15. Política tarifária.....	435
2.16. Procedimento licitatório.....	437
2.17. Subconcessão, transferência dos direitos concedidos e cessão do controle societário	441
2.18. Responsabilidade do concessionário.....	443
2.19. Natureza dos atos e contratos do concessionário	444
2.20. Direitos e encargos do concedente	445
2.21. Direitos e obrigações dos usuários.....	449
2.22. Extinção da concessão de serviço público	450
2.22.1. Extinção por fato jurídico.....	451
2.22.1.1. Extinção pelo decurso do prazo....	451
2.22.1.2. Extinção em razão do desaparecimento do concessionário	452
2.22.2. Extinção por ato do concedente	454
2.22.2.1. Interesse público	454
2.22.2.2. Desafetação.....	455

2.22.2.3. Inadimplemento	456
2.22.2.4. Ilegalidade.....	459
2.23. Extinção por ato conjunto das partes envolvidas na concessão de serviço público	460
2.24. Extinção por sentença	460
2.25. Quadro sinótico das causas de extinção da concessão de serviço público	461
2.26. Reversão dos bens vinculados à concessão de serviço público.....	462
2.27. Arbitragem	465
3. Permissão.....	465
4. Autorização	466
5. Parcerias público-privadas.....	467
5.1. Introdução	467
5.2. Origem.....	468
5.3. Objetivos	468
5.4. Fundamento constitucional	468
5.5. Fundamento legal	469
5.6. Conceito	470
5.7. Natureza jurídica	470
5.8. Diretrizes	471
5.9. Objeto.....	471
5.10. Vedações.....	472
5.11. Espécies.....	473
5.12. Parceiros.....	476
5.13. Escolha do parceiro privado.....	477
5.14. Licitação.....	477
5.14.1. Edital	480
5.14.2. Julgamento, adjudicação e homologação....	481
5.15. Contrato.....	482
5.16. Remuneração do parceiro privado.....	484
5.17. Contraprestação da Administração Pública.....	484
5.18. Garantias de responsabilidade do parceiro público.	484
5.19. Garantias de responsabilidade do parceiro privado.	485
5.20. Sociedade de propósito específico	486
5.21. Comitê Gestor de Parceria Público-Privada.....	487
5.22. Fundo garantidor	488
5.23. Penalidades	489
5.24. Extinção da parceria público-privada.....	490

IV —DESCENTRALIZAÇÃO PARA PESSOA GOVERNAMENTAL.....	491
1. Introdução	491
2. Empresa pública	492
2.1. Conceito	492
2.2. Natureza	493
2.3. Fins	494
2.4. Criação, forma, registro, funcionamento e extinção	495
2.5. Patrimônio	497
2.6. Servidores.....	497
2.7. Prerrogativas.....	499
2.8. Atos e contratos.....	499
2.9. Regime tributário.....	501
2.10. A empresa pública e terceiros	501
2.11. Controle.....	502
2.12. Responsabilidade.....	503
2.13. Empresa pública e sociedade de economia mista: principais diferenças.....	504
2.14. Empresa pública estadual, distrital e municipal.....	504
3. Sociedade de economia mista.....	505
3.1. Conceito	505
3.2. Natureza	506
3.3. Fins	506
3.4. Criação, forma, registro e extinção	507
3.5. Capital	509
3.6. Patrimônio	509
3.7. Servidores.....	510
3.8. Prerrogativas.....	512
3.9. Atos e contratos.....	512
3.10. Regime tributário.....	513
3.11. A sociedade de economia mista e terceiros.....	514
3.12. Controle.....	514
3.13. Responsabilidade.....	515
3.14. Sociedade de economia mista e empresa pública: principais diferenças.....	516
3.15. Sociedade de economia mista estadual, distrital e municipal.....	517
4. Fundação privada	518

V	— ENTIDADES DE COOPERAÇÃO	520
	1. Introdução	520
	2. Serviços sociais autônomos	520
	3. Organizações sociais	522
	4. Organizações da sociedade civil de interesse público	525
	5. Fundação de apoio	528

Capítulo IX LICITAÇÃO

I	— ASPECTOS GERAIS	532
	1. Conceito	532
	2. Finalidades	533
	3. Princípios	535
	3.1. Princípio da padronização	536
	3.2. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	542
	3.3. Princípio da competitividade	544
	3.4. Princípio do julgamento objetivo	546
	3.5. Princípio da fiscalização da licitação	547
	3.6. Princípio formal e formalismo	549
	4. Objeto da licitação	552
	5. Registro de preços	556
	6. Competência legislativa	560
	7. Os obrigados a licitar	562
	8. Promoção da licitação	565
II	— EXCLUSÃO DA OBRIGAÇÃO DE LICITAR	567
	1. Licitação dispensada	567
	1.1. Introdução	567
	1.2. Hipóteses de dispensa para alienações imobiliárias	570
	1.3. Hipóteses de dispensa para alienações mobiliárias	575
	2. Licitação dispensável	577
	2.1. Introdução	577
	2.2. Hipóteses em que a licitação é dispensável	580
	2.2.1. Obras e serviços de engenharia de pequeno valor	580
	2.2.2. Serviços, menos os de engenharia, e compras de pequeno valor	582

2.2.3. Guerra e grave perturbação da ordem.....	583
2.2.4. Emergência e calamidade pública.....	584
2.2.5. Quando não acudirem interessados à licitação	587
2.2.6. Intervenção, pela União, no domínio econômico	589
2.2.7. Propostas com preços manifestamente superiores aos do mercado	589
2.2.8. Operação entre pessoa pública e órgão ou entidade que a integre	590
2.2.9. Comprometimento da segurança nacional ...	591
2.2.10. Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração.....	592
2.2.11. Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento	594
2.2.12. Compra de hortifrutigranjeiros, pão e gêneros perecíveis	594
2.2.13. Contratação de instituição brasileira voltada à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento nacional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso.....	595
2.2.14. Aquisição de bens e serviços por intermédio de organização internacional	596
2.2.15. Aquisição e restauração de obras de arte e objetos históricos	596
2.2.16. Impressão de diário oficial, formulários padronizados, edições técnicas oficiais e prestação de serviços de informática.....	597
2.2.17. Aquisição de componentes ou peças originais ..	597
2.2.18. Compras e serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento.....	598
2.2.19. Compra de material pelas Forças Armadas para manter a padronização exigida pelo apoio logístico.....	599
2.2.20. Contratação de associação de portadores de deficiência física	599
2.2.21. Aquisição de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica	599

2.2.22. Fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural	600
2.2.23. Contratações entre empresas governamentais e suas subsidiárias	601
2.2.24. Contratação de serviços com organizações sociais	602
2.2.25. Contratação por Instituição Científica e Tecnológica ou por agência de fomento para transferência de tecnologia e licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida	602
2.2.26. Celebração de contrato de programa com entes federados ou entidades de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos conforme autorizado em consórcio público ou convênio de cooperação.....	603
2.2.27. Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública	604
2.2.28. Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.....	605
2.2.29. Quando se der a aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior	606
2.2.30. Na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucra-	

tivos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal	607
2.2.31. Para contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes	608
3. Licitação inexigível.....	608
3.1. Introdução.....	608
3.2. Hipóteses de inexigibilidade	611
3.2.1. Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo	611
3.2.2. Contratação de serviços técnicos profissionais especializados.....	614
3.2.3. Contratação de artistas	618
III — MODALIDADES DE LICITAÇÃO	619
1. Aspectos introdutórios.....	619
2. As modalidades na Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública	619
2.1. Concorrência	621
2.2. Tomada de preços.....	627
2.3. Convite	630
2.4. Concurso	633
2.5. Leilão.....	634
2.6. Pregão.....	637
2.6.1. Pregão presencial	638
2.6.2. Pregão eletrônico	644
2.7. Comissão de licitação.....	648
3. Registro cadastral	654
IV — FASES DA LICITAÇÃO	656
1. Aspectos introdutórios.....	656

2.	A sequência das fases na concorrência.....	657
2.1.	Fase da abertura.....	657
2.2.	Fase da habilitação	663
2.3.	Fase da classificação	673
2.4.	Fase do julgamento e ordenação das propostas em razão das vantagens oferecidas	676
2.4.1.	Divisibilidade do julgamento.....	680
2.4.2.	Empate e critério de desempate de propostas..	682
2.4.3.	Proposta mais vantajosa.....	684
2.4.4.	Discussão da proposta mais vantajosa ou vencedora	686
3.	Homologação e adjudicação.....	687
4.	Audiência pública.....	689
5.	Licitação para contratação de serviços de publicidade	690
6.	O problema das cooperativas.....	692
7.	O problema das microempresas e empresas de pequeno porte.....	695
7.1.	A Lei Complementar federal n. 123/2006	695
7.2.	Constitucionalidade	696
7.3.	Vigência	696
7.3.1.	Normas gerais e regulamentares	697
7.4.	Os submetidos ao Estatuto	698
7.5.	Procedimento: licitação tradicional e pregão	699
7.6.	Participação sem favorecimento	700
7.7.	Participação com favorecimento	701
7.8.	Empresas beneficiadas	701
7.8.1.	Pessoa física.....	702
7.8.2.	Consórcio de ME, EPP e COOP.....	702
7.9.	Conceito de ME, EPP e COOP	703
7.9.1.	Receita bruta	704
7.9.2.	Ano-calendário.....	705
7.9.3.	Comprovação	707
7.9.4.	Declaração de ME, EPP e COOP	708
7.9.5.	Finalidade da declaração.....	709
7.9.6.	Momento de apresentação da declaração.....	709
7.10.	Regime diferenciado e favorecido	710
7.11.	Participação sem estar regular para com o fisco	711
7.11.1.	Consequências da não regularização	713
7.11.1.1.	Decadência do direito à contratação.	713

7.11.1.2. Aplicação do art. 81 da Lei federal n. 8.666/93	713
7.11.1.3. Convocação dos remanescentes	714
7.11.1.4. Revogação da licitação	716
7.12. Empate nas propostas licitatórias	716
7.12.1. Empate real nas licitações tradicionais	718
7.12.2. Empate real no pregão	719
7.12.3. Empate ficto nas licitações tradicionais	719
7.12.4. Empate ficto no pregão	720
7.13. Nova proposta e regularização fiscal na concorrência	720
7.13.1. Hipótese de empate real	723
7.13.2. Hipótese de empate ficto	725
7.14. Nova proposta e regularização fiscal no pregão.....	726
7.14.1. Hipótese de empate ficto no pregão.....	729
7.15. Por que dos cinco dias úteis	731
7.16. Licitações diferenciadas	732
7.16.1. Licitação exclusiva para ME, EPP e COOP...	733
7.16.2. Licitação com obrigação do vencedor de subcontratar	736
7.16.3. Licitação com cota em favor de ME, EPP e COOP	738
7.17. Cédula de crédito microempresarial.....	740
7.18. Balanço patrimonial	741
7.19. Instrumento convocatório.....	741
8. Pré-qualificação	742

V — REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO	744
1. Introdução.....	744
2. Revogação	745
3. Invalidação.....	748
4. Desistência.....	751

VI — CONTROLE DA LICITAÇÃO.....	752
1. Recursos administrativos.....	753
1.1. Recurso hierárquico	754
1.2. Representação	757

118	1.3. Pedido de reconsideração.....	758
118	2. Recursos judiciais.....	759
118	3. Controle pelo Tribunal de Contas.....	760

VII	— O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS ESTABELECIDO PELA LEI N. 12.462/2011	761
-----	---	-----

Capítulo X CONTRATO ADMINISTRATIVO

I	— ASPECTOS GERAIS	770
	1. Introdução.....	770
	2. Regime jurídico	771
	3. Direitos do contratado	775
	4. Conceito.....	775
	5. Objeto	776
	6. As partes contratantes.....	777
	7. Competência legislativa.....	778
	8. Interpretação.....	779
	9. Pré e pós-requisitos	780
	10. Vigência e eficácia.....	781
	11. Prazo contratual	782
	11.1. Contagem.....	790
	11.2. Prorrogação	791
	11.3. Redução.....	793
	12. Garantias.....	794
	13. Inatingibilidade das cláusulas contratuais por lei posterior	798
II	— FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	798
	1. Conceito.....	798
	2. Instrumento.....	799
	2.1. Conceito	799
	2.2. Espécies	799
	2.3. Forma	801
	2.4. Partes do termo de contrato.....	801
	2.5. Exame e aprovação da assessoria jurídica.....	804
	2.6. Conhecimento do termo de contrato	806
	3. Cláusulas exorbitantes	807
	4. Publicidade	809
	5. Registro.....	811

III — EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	811
1. Conceito.....	811
2. Acompanhamento.....	812
3. Cláusulas <i>rebus sic stantibus</i> e <i>pacta sunt servanda</i>	812
4. Teoria da imprevisão e revisão do contrato.....	813
5. Reajustamento de preços.....	814
6. Repactuação.....	815
7. Direitos e obrigações das partes.....	818
8. Equação econômico-financeira.....	820
9. Fato do príncipe e fato da Administração.....	821
10. Subcontratação e cessão do contrato.....	823
11. Associação, fusão, cisão ou incorporação.....	828
12. Recebimento do objeto.....	830
13. Pagamento.....	833
IV — ALTERAÇÃO DO CONTRATO.....	836
1. Conceito.....	836
2. Espécies.....	837
3. Onde pode incidir a alteração.....	837
4. Acréscimos e supressões.....	839
5. Aditamento.....	841
V — INEXECUÇÃO DO CONTRATO.....	842
1. Conceito.....	842
2. Espécies.....	842
3. Quem pode descumprir o contrato.....	843
4. Consequências da inexecução.....	843
5. A exceção de contrato não cumprido.....	847
6. Arbitragem.....	849
VI — CONTROLE PELO TRIBUNAL DE CONTAS.....	850
VII — EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	851
1. Fatos e atos extintivos.....	851
2. Extinção em razão de um fato.....	852
2.1. Extinção pelo cumprimento do objeto.....	854
2.2. Extinção pelo cumprimento do prazo.....	854
2.3. Extinção pelo desaparecimento do contratante particular.....	855

1006	2.4. Extinção pelo desaparecimento do objeto.....	858
808	3. Extinção em razão de um ato.....	858
708	3.1. Rescisão administrativa.....	859
808	3.2. Rescisão consensual.....	863
	3.3. Rescisão judicial.....	863
808	VIII — CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	864
008	1. Generalidades.....	864
008	1.1. Contrato de obra pública.....	865
108	1.2. Contrato de serviço.....	866
108	1.2.1. Terceirização.....	868
508	1.3. Contrato de fornecimento.....	871
508	1.4. Contrato de concessão de uso de bem público.....	871
508	1.5. Contrato de concessão de obra pública.....	872
508	1.6. Contrato de empréstimo público.....	873
100	1.7. Contrato de gestão.....	874
108	1.8. Convênios e consórcios.....	875
108	1.8.1. Introdução.....	875
	1.8.2. Convênios.....	875
	1.8.3. Consórcios.....	880

Capítulo XI

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO

100	I — ASPECTOS GERAIS.....	883
000	1. Intervenção.....	883
010	2. Modalidades de intervenção.....	884
510	3. Fundamentos da intervenção.....	885
510	4. Competência para intervir na propriedade.....	885
100	5. Procedimento interventivo.....	885
100	6. Limites.....	885
100	II — INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE.....	886
010	1. Introdução.....	886
	2. Conceito.....	886
550	3. Meios interventivos.....	886
	3.1. Limitação administrativa.....	887
550	3.2. Ocupação temporária.....	889

3.3. Servidão administrativa.....	891
3.4. Tombamento e registro.....	893
3.5. Parcelamento e edificação compulsórios	897
3.6. Requisição.....	898
III — INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	899
1. Introdução.....	899
2. Conceito.....	900
3. Competência interventiva.....	900
4. Fundamento.....	901
5. Meios interventivos	901
5.1. Controle de preços.....	902
5.2. Controle do abastecimento.....	902
5.3. Repressão ao abuso do poder econômico.....	903
5.4. Monopólio.....	903
5.5. Fiscalização.....	904
5.6. Incentivo.....	904
5.7. Planejamento.....	904

Capítulo XII DESAPROPRIAÇÃO

I — ASPECTOS GERAIS.....	905
1. Introdução.....	905
2. Conceito.....	906
3. Espécies.....	906
4. Fundamentos	909
5. Competências legislativa, declaratória e executória.....	910
6. Aquisição originária	912
7. Beneficiários dos bens expropriados	913
II — REQUISITOS CONSTITUCIONAIS	914
1. Introdução.....	914
2. Necessidade pública, utilidade pública e interesse social	914
3. Prévia e justa indenização em dinheiro	916
III — DESVIO DE FINALIDADE	922
IV — CONSUMAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO	923

V — RETROCESSÃO	924
VI — OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO.....	927
1. O que pode ser desapropriado	927
2. Desapropriação de bem público	929
3. Desapropriação de bens de autarquias, empresas governamentais e concessionárias.....	930
4. Desapropriação de ações	933
VII — DESAPROPRIAÇÃO POR ZONA	934
1. Conceito.....	934
2. Requisitos	935
VIII — DESAPROPRIAÇÃO PARA URBANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO.....	935
1. Conceito.....	935
2. Implantação de loteamento.....	936
3. Implantação de distrito industrial	937
4. Desapropriação nos termos do art. 182, § 4º, III, da Constituição Federal	938
IX — PROCEDIMENTO EXPROPRIATÓRIO	940
1. As fases do procedimento.....	940
2. Declaração expropriatória	941
2.1. Conceito	941
2.2. Competência.....	941
2.3. Objeto	942
2.4. Requisitos.....	942
2.5. Efeitos	942
2.6. Caducidade.....	943
3. Direitos do expropriado na vigência da declaração expropriatória	943
4. Execução expropriatória.....	944
4.1. Execução amigável.....	944
4.2. Execução judicial	945
5. Defesa do expropriado e direito de extensão.....	946
X — IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE.....	947
1. Conceito.....	947

2. Requisitos	947
2.1. Declaração de urgência	947
2.2. Depósito	948
2.2.1. Imissão provisória de posse em geral	948
2.2.2. Imissão provisória de posse em particular	949
3. Imissão provisória de posse e ingresso no bem.....	950
4. Imissão provisória de posse amigável	951
5. Imissão definitiva de posse.....	951
XI — PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO	951
XII — DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO.....	952
XIII — CONTROLE JURISDICIONAL DA DESAPROPRIAÇÃO .	954
1. Incidência	954
2. Anulação.....	954

Capítulo XIII BENS PÚBLICOS

I — ASPECTOS GERAIS.....	956
1. A locução “bens públicos”	956
2. Conceito.....	956
3. Propriedade.....	957
4. Defesa.....	958
5. Classificação.....	958
5.1. Bens de uso comum do povo.....	959
5.2. Bens de uso especial.....	961
5.3. Bens dominicais	962
6. Afetação e desafetação	962
7. Competência legislativa.....	965
8. Regime jurídico	965
II — AQUISIÇÃO.....	968
1. Aspectos preliminares	968
2. Aquisição originária e derivada.....	969
3. Aquisição <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i>	969
4. Aquisição pela transcrição do título aquisitivo.....	970
4.1. Contrato de compra e venda.....	971

1001	4.1.1. Bem.....	971
2001	4.1.2. Preço	972
3001	4.1.3. Consentimento	973
4001	4.1.4. Forma	973
5001	4.1.5. Processo	974
6001	4.1.6. Interesse público	975
7001	4.1.7. Avaliação.....	976
8001	4.1.8. Lei autorizadora.....	977
9001	4.1.9. Licitação.....	978
1000	4.2. Contrato de troca ou permuta.....	978
1100	4.3. Contrato de doação.....	981
1200	4.4. Contrato de dação em pagamento	983
1300	4.5. O resgate no contrato de aforamento	984
1400	5. Aquisição por acessão	986
1500	5.1. Acessão pela formação de ilha.....	986
1600	5.2. Acessão por aluvião	987
1700	5.3. Acessão por avulsão.....	987
1800	5.4. Acessão do álveo pelo abandono das águas.....	988
1900	6. Aquisição pela usucapião	989
2000	7. Aquisição por ato de última vontade — testamento.....	990
2100	8. Aquisição por desapropriação	991
2200	9. Aquisição por arrematação ou adjudicação.....	991
2300	9.1. Arrematação	991
2400	10. Aquisição por força de lei ou Constituição	992
2500	10.1. Aprovação e registro do parcelamento.....	992
2600	10.2. Criação e instalação de Município	993
2700	10.3. Criação de Estado.....	994
2800	10.4. Reversão na extinção de concessão de serviço público.....	994
2900	10.5. Aquisição <i>ex vi constitutione</i>	995
3000	10.6. Declaração da vacância da herança.....	996
3100	11. Aquisição por investidura.....	996
3200	III — ADMINISTRAÇÃO	999
3300	IV — USO	1000
3400	1. Utilização pela Administração Pública.....	1000
3500	2. Utilização pelo povo.....	1001

3. Utilização privativa.....	1001
4. Instrumentos do uso privativo	1003
4.1. Concessão de uso	1003
4.2. Permissão e autorização	1003
4.3. Concessão de direito real de uso	1004
4.4. Cessão de uso	1005
4.5. Locação e comodato.....	1006
V —ALIENAÇÃO.....	1007
1. A alienabilidade dos bens públicos em geral	1007
2. A alienação dos bens públicos de uso comum e especial	1010
3. Espécies de alienação	1011
3.1. Incorporação.....	1011
3.2. Retrocessão	1012
VI —BEM PÚBLICO EM ESPÉCIE.....	1012
1. Terrenos de marinha	1012
1.1. Origem	1012
1.2. Finalidade e importância	1013
1.3. Conceito e classificação	1014
1.4. Propriedade	1015
1.5. Natureza	1015
1.6. Demarcação.....	1015
1.7. A linha do jundu.....	1016
1.8. Administração	1017
1.9. Terrenos de marinha não se confundem com terrenos acrescidos, reservados e de mangue.....	1017
1.10. Utilização e formas	1018
1.11. Aforamento administrativo	1020
1.12. Resgate das marinhas aforadas.....	1021
1.13. Extinção do aforamento administrativo	1022
1.14. Preferência municipal ou estadual	1023
1.15. Interesses municipais sobre as marinhas.....	1024
1.16. Desapropriação do domínio útil	1027
2. Terrenos reservados ou terrenos marginais	1028
3. Terrenos acrescidos	1030
4. Terras indígenas.....	1030
5. Terras devolutas	1032
6. Plataforma continental.....	1035

0801	7. Faixas de fronteira	1035
1201	8. Ilhas	1036
1201	9. Solo criado.....	1037

Capítulo XIV

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5201	I—CONTROLE	1038
6201	1. Introdução.....	1038
0701	2. Espécies	1039
192	3. Conceito.....	1039
272	II—CONTROLE ADMINISTRATIVO	1040
172	1. Conceito.....	1040
2701	2. Objetivo	1040
1801	3. Fundamento	1040
181	4. Instrumentos	1040
181	4.1. Direito de petição	1041
5801	4.2. Pedido de reconsideração.....	1042
8301	4.3. Reclamação administrativa.....	1043
1081	4.4. Recurso administrativo ou hierárquico	1043
1081	5. Prescrição administrativa.....	1049
1081	6. O silêncio da Administração Pública.....	1052
1081	7. Coisa julgada administrativa	1054
1081	III—CONTROLE LEGISLATIVO	1054
1081	1. Conceito.....	1054
1081	2. Objetivo	1054
1081	3. Meios de controle legislativo.....	1055
1081	3.1. Comissão Parlamentar de Inquérito	1055
1081	3.2. Pedido de informação.....	1055
1081	3.3. Convocação de autoridades	1056
1081	3.4. Participação na função administrativa.....	1057
1081	3.5. Função jurisdicional	1057
1081	3.6. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária....	1058
1081	3.7. Sustação dos atos normativos do Executivo.....	1058
1081	IV—CONTROLE JURISDICIONAL	1059
1081	1. Conceito.....	1059
1081	2. Objetivo	1060

3. Extensão	1060
4. Fundamento	1061
5. Sistemas	1061
5.1. Sistema de administração-juiz.....	1061
5.2. Sistema de jurisdição única.....	1061
5.3. Sistema de jurisdição dual.....	1062
6. Instrumentos do controle jurisdicional	1063
6.1. Mandado de segurança.....	1063
6.2. Ação popular	1069
6.3. <i>Habeas data</i>	1070
6.4. Mandado de injunção	1072
6.5. Ação civil pública.....	1073
7. Prescrição judicial	1075
 V — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM JUÍZO.....	 1076

Capítulo XV
PROCESSO ADMINISTRATIVO E SINDICÂNCIA

I — PROCESSO ADMINISTRATIVO	1081
1. Conceito.....	1081
2. Processo administrativo e procedimento	1082
3. Competência legislativa.....	1083
4. Princípios.....	1084
4.1. Princípio da legalidade objetiva	1085
4.2. Princípio da oficialidade	1085
4.3. Princípio do informalismo	1085
4.4. Princípio da publicidade.....	1086
5. Objeto	1087
6. Finalidade	1087
7. Fases	1087
7.1. Fase de instauração	1088
7.2. Fase da instrução	1089
7.3. Fase do relatório.....	1090
7.4. Fase da decisão ou julgamento.....	1090
8. Formação material do processo	1091
8.1. Autos suplementares	1093
9. Vista e cópia do processo	1093
10. Prazos de conclusão e prorrogação	1095
11. Espécies	1096

11.1.	Processo de outorga.....	1096
11.2.	Processo de polícia.....	1097
11.3.	Processo de controle.....	1098
11.4.	Processo de punição.....	1098
11.5.	Processo de expediente.....	1099
12.	Nas empresas governamentais e autarquias.....	1100
13.	Arquivamento.....	1100
14.	Certidão.....	1102
15.	Extinção.....	1103
II — PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....		1103
1.	Conceito.....	1103
2.	Fundamento.....	1103
3.	Objeto e finalidade.....	1104
4.	Obrigatoriedade.....	1104
5.	Princípios.....	1105
6.	Fase da defesa.....	1106
6.1.	Ampla defesa.....	1106
6.2.	Contraditório ou contraditoriedade.....	1107
6.3.	Devido processo legal ou adequado processo jurídico.....	1108
7.	Conclusão.....	1108
8.	Procedimento criminal paralelo.....	1108
9.	Sanção disciplinar.....	1109
10.	Comissão processante.....	1112
10.1.	Composição.....	1112
10.2.	Competência.....	1113
10.3.	Espécies.....	1114
11.	Revisão.....	1114
III — SINDICÂNCIA.....		1116
1.	Conceito e finalidade.....	1117
2.	Natureza.....	1117
3.	Objeto.....	1118
4.	Instauração.....	1118
5.	Comissão de sindicância.....	1118
6.	Fases.....	1119
7.	Rito processual.....	1119
8.	Publicidade ou sigilo.....	1119
9.	Vícios.....	1119

IV — VERDADE SABIDA E TERMO DE DECLARAÇÃO.....	1120
--	------

Capítulo XVI
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

I — ASPECTOS GERAIS.....	1122
1. Conceito.....	1123
2. Fundamento.....	1123
3. Evolução.....	1124
4. Exclusão da responsabilidade.....	1129
5. Características do dano reparável.....	1131
6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos e judiciais.....	1132
II — REPARAÇÃO DO DANO E DIREITO DE REGRESSO	1133
1. Procedimento administrativo.....	1134
2. Procedimento judicial.....	1135
3. A indenização do dano.....	1136
4. Ação regressiva.....	1136
III — A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO BRASIL	1138
1. Aspectos históricos.....	1138
1.1. Período colonial.....	1138
1.2. Período imperial.....	1139
1.3. Período republicano.....	1139
2. O § 6º do art. 37 da Constituição de 1988.....	1141
3. Responsabilidade objetiva por dano nuclear.....	1144
4. Responsabilidade das pessoas privadas prestadoras de serviço público.....	1145
5. Responsabilidade por atos terroristas.....	1145
6. Prescrição do direito de exigir indenização.....	1145
<i>Bibliografia</i>	1147
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	1157